

**MARCELO MORAES CAETANO**

**ANÁLISE HISTÓRICA E ESTILÍSTICA  
DAS FUNÇÕES DA LINGUAGEM  
SOB *CORPORA* DA LITERATURA**

**Com Aprofundamento  
na Análise Estrutural-Gramatical-Semântica  
de João Cabral de Melo Neto**

---

Professor de Português e Literaturas; Gramático; Crítico literário; Tradutor de Alemão, Inglês, Francês e Italiano; Estudioso de Latim, Grego e Mandarim. Coordenador da Pós-Graduação da Universidade Candido Mendes. Escritor e poeta, com 12 livros publicados, e várias premiações (Academia Brasileira de Letras, ONU, UNESCO, Fundação Guttenberg, Sesi, Firjan).

**RESUMO**

Este ensaio visa à demonstração de que as clássicas funções da linguagem vêm de longa data sendo perquiridas por filósofos da linguagem, e que tais estudos se refletem na exegese literária com grande eficácia. Procura-se, ainda, demonstrar que, no caso do poema *Rios sem discurso*, do poeta João Cabral de Melo Neto, uma **análise estrutural-gramatical-semântica** (morfológica, sintática, fonética, fonológica) é necessária para que se extraiam as interpretações múltiplas (características da função poética) do **hipertexto cabralino**, e que tais interpretações, embora polissêmicas e às vezes mesmo paradoxais, convivem perfeitamente quando sob a óptica dos **preceitos normativos**.

**As línguas não são uns instrumentos de comunicação, senão porque primeiro o são do raciocínio.**

(Jerônimo Soares Barbosa  
*Gramática Filosófica*)

**Temo que jamais nos livremos de Deus, posto que cremos ainda na gramática.**

(Nietzsche  
*O Crepúsculo dos Ídolos*)

**SUMÁRIO**

I. INTRODUÇÃO.....	5
II. ALGUMAS DEFINIÇÕES DE “LINGUAGEM”.....	9
III. ALGUNS TERMOS NECESSÁRIOS: A CONTRIBUIÇÃO PRIMEIRA DE KARL BÜHLER: FUNÇÕES REFERENCIAL, EMOTIVA E APELATIVA.....	12
IV. A COMPLEMENTAÇÃO DE JAKOBSON A BÜHLER – BREVE EXEMPLÁRIO DA LITERATURA.....	17
1. Função fática.....	18
2. Função metalingüística.....	19
3. Função poética.....	20
V. EXEGESE ESTRUTURAL-GRAMATICAL-SEMÂNTICA DO POEMA <i>RIOS SEM DISCURSO, DE JOÃO CABRAL DE MELO NETO</i> .....	22

**MARCELO MORAES CAETANO**

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	55
VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	57
VIII. NOTAS FINAIS .....	59

**I**

**INTRODUÇÃO**

Muitos são os teóricos que ultimamente têm versado acerca do conceito – e conseqüente definição – de “linguagem”, bem como, outra conseqüência natural, acerca das funções que peremptoriamente desta emanam, algo que lhe daria um, por assim dizer, selo não apenas da existência, como, afora isso, de sua própria necessidade ou relevância ulterior. Entre tais teóricos, destacamos aqueles que nos serviram de base a este pequeno estudo ora trazido à balha: Herculano de Carvalho, Karl Bühler, Roman Jakobson, Friedrich Kainz, John Searle, Révész, Mattoso Câmara, F. de Saussure, C. Bally, Sapir, Vendryès, Ludwig Wittgenstein, J. Hessen, Henri Delacroix, E. Cassirer, Eugenio Cosseriu, A. Pagliaro, Lázaro Carreter, Marouzeau, Hjelmslev, Irving Copi, Dubois, Malinowski, Rifaterre, Martinet e uns poucos outros.

## MARCELO MORAES CAETANO

Embora tais teóricos apresentem entre si constantes – e profícuas – discordâncias no concernente à epistemologia enfocada, não nos foi muito difícil o depreender-lhes, alfim, uma espécie de suma, de cujo alicerce básico se pôde construir nossa própria visão – com os argumentos que a ela levaram, endossando-a –; visão esta que, com efeito, houemos por bem exemplificar com função em que a *representação* (cf. Bühler), em última análise o que se poderia dar como a potestade da informação em si mesma, não é o mecanismo propulsor do ato desprendido: qual seja a *poética* (cf. Jakobson).

Para nosso breve intróito, lançamos mão da terminologia criada por dois dentre os teóricos por nós esposados – Karl Bühler e Roman Jakobson –, a mesma terminologia que estaremos aplicando na análise dos *corpora* do capítulo IV. Com referência ao poema de João Cabral de Melo Neto, por nós escolhido de ilustração maior às funções emotiva e poética, optamos por uma como análise estilística, a fim de que fosse evidenciada, a contento, a força antes expressiva e psíquica daquelas funções, as quais estarão, em nossa exegese, em pé de igualdade com (e dependente dos) mecanismos coercitivos – a norma gramatical – patentes tão-só a um estrato específico: o do falante culto.

## ANÁLISE HISTÓRICA E ESTILÍSTICA DAS FUNÇÕES DA LINGUAGEM

Dessarte, estivemos, de um lado, abordando casos que nos pareceram sobremaneira coloquiais, conquanto sempre literários, casos de fácil descodificação a qualquer que tivesse sido um suposto interlocutor<sup>1</sup>, e, de outro, um caso em que, pelo conhecimento da norma culta, se chegou a conclusões de procedimentos poéticos a que se não teria chegado, assim nos quer parecer, por outros veículos ou expedientes. Em ambas as vertentes da dicotomia por nós agasalhada, portanto, houve preferência pelo *corpus* filológico, pelo que concentramos nossas atenções no que pertence à *langue*, fiando-nos na relativa fixidez normativo-lingüística que a literatura – até por mecanismo de língua escrita que é – evoca.

Naturalmente, há, no mais das vezes, em tantas quantas sejam as situações e circunstâncias abordadas, um sem-número de vestígios e elementos de várias funções da linguagem. Cabe a nós, contudo, analistas lingüísticos que somos, a perquirição daquelas que apresentem, no caso investigado, peremptoriedade, sem que, com tal, repitamos, sejam as demais descartadas, senão que, tão-somente, em vez disso, estariam como que postas em segundo plano.

Tal sobreposição das funções da linguagem será por nós colimada, repita-se, na consecução da exegese estrutural-

**MARCELO MORAES CAETANO**

gramatical-semântica do poema *Rios sem discurso*, de João Cabral de Melo Neto.

## **II**

### **ALGUMAS DEFINIÇÕES DE *LINGUAGEM***

1) Herculano de Carvalho (*Teoria da Linguagem*): Uma atividade simultaneamente cognoscitiva e manifestativa, realizada pela manifestação de um sistema de duplos sinais, que apresentam fisicamente como objetos sonoros produzidos pelo aparelho fonador do homem.

2) Sapir (*Lenguaje*): Um método exclusivamente humano e não-instintivo de comunicar idéias, emoções e desejos por meio de um sistema de símbolos produzidos de maneira deliberada. Estes símbolos são antes de tudo auditivos, e são produzidos pelos chamados “órgãos da fala”.

3) Marouzeau (*Lexique de la terminologie linguistique*): Tout système de signes apte à servir de moyen de communication entre les individus. (...) Le langage auditif, fondé essentiellement sur l’usage de la voix (...).

**MARCELO MORAES CAETANO**

4) L. Carreter (*Diccionario de términos filológicos*): 1. Facultad que el hombre posee de poder comunicar sus pensamientos. 2. Cualquier sistema que sirve al hombre para el ejercicio de dicha facultad. (...) El *lenguaje auditivo*, correlativo de la facultad de hablar (por lo que se llama también *lenguaje hablado* o *articulado*) (...)

5) Mattoso Câmara (*Dicionário de Filologia e Gramática*): Faculdade que tem o homem de exprimir seus estados mentais por meio de um sistema de sons vocais chamado *língua*

6) José Oiticica (*Manual de análise léxica e sintática*):

I – **Linguagem** é a manifestação do pensamento ou do sentimento.

II – **Fala** é a linguagem por sinais auditivos fisiológicos (*voz e consonâncias*).

III – **Mímica** é a linguagem por sinais visuais gesticulados.

IV – **Semafórica** é a linguagem por sinais auditivos ou visuais, mecânicos (apito, corneta, poste semafórico, etc.).

V – **Língua** é um sistema de linguagem.

VI – **Lingüística** é o estudo dos fatos da linguagem.

## **ANÁLISE HISTÓRICA E ESTILÍSTICA DAS FUNÇÕES DA LINGUAGEM**

VII – **Gramática** é a exposição dos fatos de uma língua.

III

ALGUNS TERMOS NECESSÁRIOS:  
A CONTRIBUIÇÃO PRIMEIRA DE KARL BÜHLER  
OUTRAS ESCOLAS

Em conformidade com os estudos de Hjelmslev sobre as funções da linguagem, podemos entender que haja uma “dependência” intrínseca entre duas unidades lingüísticas, de tal sorte que, se se estabelecer, em uma delas, determinada “mudança” (cf. Mattoso), provocar-se-á mudança de similar envergadura na outra. Assim, se variamos o centro de enfoque de uma certa mensagem, há de variar, conseqüentemente, o *significado* (daí podermos chamar as funções de “covariações significativas”, cf. Dinneen) daquela mensagem.

Karl Bühler – *Teoria da Linguagem* –, antes baseado na *parole* do que na *langue*, supõe a existência de um “*Organon*”, depreendido, assim digamos, do circuito emissor–receptor,

## ANÁLISE HISTÓRICA E ESTILÍSTICA DAS FUNÇÕES DA LINGUAGEM

concluindo pelas três funções básicas, expressas pela substância fônica, de que se serviria o falante: 1) expressão<sup>ii</sup>, 2) apelo (atuação social) e 3) representação mental.

A função de apelo é decorrência natural do fato de o emissor estar-se dirigindo obrigatoriamente a outra(s) pessoa(s) – como demonstramos, não nos parece ser esta a função primordial da linguagem (q.v. nota n. 1 acima). O Autor ressalta a importância, para isso, dos demonstrativos (al. *Zeigend*, “gestos verbais”, cf. Kainz, ou também denominados *index*, elementos de espacialização), cuja função é “mostrativa” (cf. Mattoso), em cotejo com os signos de nomeação (al. *Nennend* ou também *ícones*, elementos de definição; os conectivos seriam, em tal nomenclatura, elementos *índice-icônicos* – menção ao memorável artigo de Mônica Rector Toledo Silva, de onde retiramos a nomenclatura, e seus conceitos, acima exposta, “Classes de palavras e categorias semânticas”, Estudo de Linguística e língua portuguesa, Série Letras e Artes, 05/74, Cadernos da PUC/RJ), além dos imperativos, e mesmo das orações optativas etc.

Seria uma forma exclusiva de manifestação humana a função *representativa* (na medida em que o apelo e a expressividade cabem igualmente às demais espécies), que, portanto, exerce inequívocas influências sobre as demais funções. É o

que Coseriu chamou de “saber extralingüístico”, isto é, uma “competência” que abarcaria, além dos mecanismos próprios para a formulação de uma língua, também a capacidade de um recorte necessário, – e mais ou menos amplo, – do ambiente biossocial, ou, de acordo com Cassirer, do “mundo dos objetos” (seria interessante comparar-se, aqui, este trabalho às *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein, onde o objeto e seu nome ganham, ao comparar-se este com aquele, matizes de todo novos). Lingüistas como Lyons vêem na *reflexividade* da língua, isto é, na faculdade de poder falar sobre si mesma – i.é., a função metalingüística (q.v. capítulo IV, subitem 2) – o fator de supremacia da linguagem (humana). Por fim, tanto para Mattoso Câmara quanto para Cassirer e Bühler, estaria ali, na função representativa, a diferença capital entre a linguagem dos homens e as formas de comunicação dos animais: há, naquela, por meio de duas articulações (cf. Martinet), um signo lingüístico (cf. Saussure) que apresenta caracteres de permanência em relação ao significado e à divisibilidade (q.v. também nosso capítulo II).

O campo da *normatividade* gramatical estudaria a língua enquanto veículo representativo, ao passo que à *estilística* caberia a perquirição dos “valores” (na acepção de Guiraud e Bréal, não na de Saussure e Bally) psíquicos (expressivos e

## ANÁLISE HISTÓRICA E ESTILÍSTICA DAS FUNÇÕES DA LINGUAGEM

emotivos) e apelativos do signo. Em nosso capítulo V, mostramos como se unem, para a consecução de um ideal artístico, essas duas vertentes, por assim dizer, complementares<sup>iii</sup>

Dessa forma, em síntese, assim dispôs Bühler:

1) *Função representativa* (representação mental): engloba a forma como transmitiremos a outrem a nossa compreensão (nosso recorte particular) do mundo.

2) *Função de exteriorização psíquica* (manifestação): expedientes de que dispomos a fim de veicularmos nossos estados emocionais ou psíquicos.

3) *Função apelativa* (apelo): como atuamos sobre o próximo na vida que compartilhamos lingüisticamente.

O próprio Bühler alteraria, mais tarde, conforme leciona Antônio Gomes Penna (“Comunicação e Linguagem”, Rio de Janeiro/Lisboa, Fundo de Cultura, 1970), assim: funções simbólica, de sintoma e de sinal.

Roman Jakobson parte dos enfoques de Bühler, adotando, todavia, denominações diferentes; quais sejam: 1) função referencial, denotativa ou cognitiva (a representativa), 2) função emotiva ou expressiva (a de manifestação) e 3) função conativa (ou apelativa). Acrescenta: 4) função fática, 5) função metalingüística e 6) função poética. Estas três últimas, estaremos abordando-as melhor no capítulo IV. Faremos, em tal capítulo, arrazoado das funções segundo Jakobson, sendo nossos exemplos, – posto que um tanto ou quanto incipientes e aca-

## MARCELO MORAES CAETANO

nhados, – bastantes à ilustração do quanto nos dispusemos a-bordar.

Convém ressaltar outros esquemas apresentados, como o de Ogden e Richards – *O significado de significado* –, assim disposto quanto às funções:

- a) simbolização da referência;
- b) expressão de atitude em face do ouvinte;
- c) expressão de atitude em face do referente;
- d) promoção dos efeitos pretendidos;
- e) apoio de referência.

Halliday contribui com a seguinte nomenclatura:

- a) ideacional: relação com experiências que o indivíduo tem do mundo;
- b) interpessoal: manutenção das relações pessoais;
- c) textual: estabelecimento de vínculos da linguagem com ela própria.

Martinet propõe a função comunicativa como o topo das demais de que se municia a língua. Quanto aos grupos que, de propósito ou não, restringem seus campos comunicativos a seus membros, utilizando, para tanto, jargões ou calões, Martinet aponta a função críptica, com este fito, além de mencionar outras como a mágica (de ritos secretos ou envolvendo tabus) e a lúdica etc.

**IV**

**A COMPLEMENTAÇÃO DE JAKOBSON A BÜHLER  
EXEMPLÁRIO DA LITERATURA**

José Lemos Monteiro, em artigo intitulado “O percurso da estilística” (*in* Língua, Lingüística e Literatura. Eduerj, RJ, 1998, Org. André Valente), assim nos diz:

Ao analisar as funções da linguagem, Jakobson ampliou o modelo proposto por Bühler, estabelecendo a mais três funções, uma das quais denominou de poética. Mas para Jakobson, “o estudo lingüístico da função poética deve ultrapassar os limites da poesia e, por outro lado, a análise lingüística da poesia não pode circunscrever-se à função poética”. Daí porque os recursos ou procedimentos que divisa nas mensagens literárias aparecem também na linguagem da publicidade ou em qualquer manifestação lingüística em que, de uma forma ou de outra, o usuário exerça um domínio sobre a língua quando a emprega para fins expressivos.

Vamos, agora, passar à síntese orgânica das funções da linguagem segundo Roman Jakobson, abordando aquelas em que Bühler, em princípio, não tocou: a *fática*, a *metalingüística* e a *poética*. A propósito, conforme salientado algures, esco-

lhemos esta última como ilustração maior deste nosso trabalho de pesquisa, o que será feito no capítulo V.

### 1 – Função fática:

Esta função tem como escopo o estabelecimento de contato – geralmente o primeiro – entre interlocutores. O termo foi proposto por Malinowski. Faz, *grosso modo*, que permaneçam abertas as possibilidades de manutenção do intercâmbio comunicativo, quer seja abrindo-o, quer seja encerrando-o. O estudo da função fática surgiu com a observação da linguagem dos deficientes, sendo também de proveniência da investigação da linguagem infantil. É muito encontrada na literatura, sobretudo na dramaturgia, em que, por necessidade, não raro, de se porem à frente do texto situações plausíveis de contatos do dia-a-dia, põem-se, pois, aquelas fórmulas – às vezes fossilizadas – de manejo hábil do estabelecimento do contato de que há pouco falamos.

*Sinal Fechado*

Paulinho da Viola

Olá, como vai?  
Eu vou indo, e você, tudo bem?  
Tudo bem, eu vou indo, correndo,  
pegar meu lugar no futuro, e você?  
Tudo bem, eu vou indo em busca de um sono

## ANÁLISE HISTÓRICA E ESTILÍSTICA DAS FUNÇÕES DA LINGUAGEM

tranqüilo, quem sabe?  
Quanto tempo...  
Pois é, quanto tempo...  
Me perdoe a pressa  
é a alma dos nossos negócios...  
Oh! não tem de quê.  
Eu também só ando a cem,  
Quando é que você telefona,  
Precisamos nos ver por aí.  
Pra semana, prometo, talvez  
nos vejamos, quem sabe?  
Quanto tempo...  
Pois é, quanto tempo...

### 2 – Função metalingüística:

Centra-se no *código*, buscando decifrá-lo. Sua ocorrência maior é quando se faz menção a uma palavra, seja para saber-lhe o significado, seja para utilizá-la no discurso direto (ou indireto livre) etc. Tudo o que serve para dar explicações a respeito de um código proferido é função metalingüística.

*Ao Conde de Ericeira D. Luiz de Menezes, Pedindo Louvores ao Poeta não lhe Achando ele Préstimo Algum*

Gregório de Matos

Um soneto começo em vosso gabo;  
Contemos esta regra por primeira,  
Já lá vão duas, e esta é a terceira,  
Já este quartetinho está no cabo.

Na quinta torce agora a porca o rabo:  
A sexta vá também desta maneira,  
Na sétima entro já com grã canseira,  
E saio dos quartetos muito brabo.

## MARCELO MORAES CAETANO

Agora nos tercetos que direi?  
Direi que vós, Senhor, a mim me honrais,  
Gabando-vos a vós, e eu fico um Rei.

Nesta vida um soneto já ditei,  
Se desta agora escapo, nunca mais;  
Louvado seja Deus que o acabei.

### 3 – Função poética:

Situa-se na mensagem, fazendo com que esta como que se volte para si mesma. Passa-se a ter em vista cada signo daí retirado, lidando-se, portanto, não apenas com a transmissão pura e simples daquela mensagem, senão que, também, com a arrumação daqueles signos, com uma escolha mais cuidada, mesmo em termos fônicos: visa à integralidade da dicotomia significante–significado.

Passamos a exegese estilística de poema de João Cabral de Melo Neto, por cuja habilidade se deram inúmeros recursos expressivos – sendo evidenciados os “valores” (cf. Saussure) assumidos pelo signo lingüístico, tanto no eixo paradigmático quanto no sintagmático.

Intitulamos tal capítulo com o próprio título do poema por nós colimado.

É ele, como dito algumas vezes, a tentativa de argumentarmos que a estilística depende da gramática, tanto quanto,

## **ANÁLISE HISTÓRICA E ESTILÍSTICA DAS FUNÇÕES DA LINGUAGEM**

num processo anterior de análise, a gramática dependeu da estilística (ainda que então não definida às claras como disciplina) para firmar as bases sobre as quais se sustém. Em nosso estudo, não mais nos reportaremos às funções da linguagem, pois que cremos terem sido elucidadas no quanto expusemos até aqui (q.v. capítulo III, nota n. 2). Em vez disso, pela análise gramatical-estilística, estaremos unindo os três focos de Bühler, postos – ou convergentes – na função *poética* de Jakobson.

V

EXEGESE

ESTRUTURAL-GRAMATICAL-SEMÂNTICA  
DO POEMA *RIOS SEM DISCURSO*,  
DE *JOÃO CABRAL DE MELO NETO*

*RIOS SEM DISCURSO*

João Cabral de Melo Neto

1 Quando um rio corta, corta-se de vez  
2 o discurso-rio de água que ele fazia;  
3 cortado, a água se quebra em pedaços,  
4 em poços de água, em água parálitica.  
5 Em situação de poço, a água equivale  
6 a uma palavra em situação dicionária:  
7 isolada, estanque no poço dela mesma;  
8 e porque assim estanque, estancada;  
9 e mais: porque assim estancada, muda,  
10 e muda porque com nenhuma comunica,  
11 porque cortou-se a sintaxe desse rio,  
12 o fio de água por que ele discorria.

## ANÁLISE HISTÓRICA E ESTILÍSTICA DAS FUNÇÕES DA LINGUAGEM

1 O curso-de um rio, seu discurso-rio,  
2 chega raramente a se reatar de vez;  
3 um rio precisa de muito fio de água  
4 para refazer o fio antigo que o fez.  
5 Salvo a grandiloqüência de uma cheia  
6 lhe impondo interina outra linguagem,  
7 um rio precisa de muita água em fios  
8 para que todos os poços se enfrasem:  
9 se reatando, de um para outro poço,  
10 em frases curtas, então frase e frase,  
11 até a sentença-rio do discurso único  
12 em que se tem a voz a seca ele combate.

(Melo Neto, 1997)

No título, a imediata depreensão de uma prosopopéia, ao atribuir-se, a um ser inanimado – um rio –, uma atividade humana (o *discurso*), faz que tenhamos de, igualmente, observar a fonte motriz dessa personificação. Ocorre que aquele vocábulo<sup>iv</sup>, por meio de cujo aproveitamento se deu o primeiro impasse que se nos defronta no poema, foi obtido mercê de um trocadilho, servindo como elo – graças à utilização do semantema (ou lexema) *curs-* – entre uma atividade aceita racionalmente pela lógica como atinente a um rio (*curso*) e outra, *discurso*, inconcusso atributo humano. E, todavia, há um como que proferimento *implícito* do giro ou da proeminência *lexical* (extralingüística) de que se revestem os prefixos da língua portuguesa, dando, ao *dis-* (cf. *discurso*), um reflexo, na pior das hipóteses, sutil, potencial, de sua significação, senão originária, então, no mínimo, de maior protuberância: *dis-* = dificuldade, ação contrária, movimento para várias direções e desor-

dem, negação (por exemplo em “difícil” = dis + fácil). O que leva a considerar que aquele rio poderia ter não um *curso*, muito menos tranqüilo, ameno, mas, sim, em vez disso, um *dis-curso*, um, talvez, *a-curso*, *não-curso*, *anti-curso*, *peri-curso* etc., etc. Daí uma verossímil e matemática justificação do eu lírico, imediatamente – no título – apontada: *Rios sem discurso*: duas negações (sem + dis) equivalem, aqui, a, talvez, uma afirmação, como num caso em que se dissesse: “ele não é desagradável”, sucedâneo (falível) de “ele é agradável”. Observe-se, outrossim, que tal figura é denominada *litote* ou *atenuação*, espécie de antífrase do gênero dos eufemismos em que se afirma algo através da negação de seu contrário. No título, pois, dada a relevância em que se encontra a fortíssima sugestão do prefixo dis- na língua portuguesa, repitamos, é bem possível que se pressinta uma litote (muito embora, é bom que já se adiante, esse possa ter sido um procedimento paralogístico, conducente a erro por parte do espectador, acerca do qual mais à frente melhor falaremos).

A expectativa que criamos imediatamente após a leitura do 1. verso (“Quando um rio corta,”) é a que advém do reconhecimento, da percepção automatizada e cotidiana que nos faz reagir, ao ser proferido tal verbo (“corta”), de modo a aceitar (ou entender) que se tratará, não obstante a atividade hu-

## ANÁLISE HISTÓRICA E ESTILÍSTICA DAS FUNÇÕES DA LINGUAGEM

mana de “discurso” do título (e não obstante a atividade de um plausível rio *enviesado* em seu não-curso), de uma atividade relacionada ao *rio*, desta vez, seja lá ele como for. Isto é: –“Um rio deve cortar uma planície, um vale, seguindo seu leito (ainda que em meandros).” – É o que esperamos ouvir. E, apesar disso, no seguimento do mesmo verso, a pontuação (uma vírgula... tão expressivamente preteridas o serão adiante, como veremos) malogra a expectativa criada, e, juntamente à influência do pronome reflexivo *se* que vem à frente (ligado àquele verbo “cortar” de que falamos agora) – frustrada de vez nossa lógica –, força-nos, o autor, a imaginar um rio, sim; mas um rio nunca antes visto, nunca antes vislumbrado – ***um rio que se corta a si mesmo***. Mas – uma atenção redobrada nos é exigida – não se despreze, em absoluto, o revérbero que há, nesta partícula *se*, nesta mesma partícula que nos fez supor, visualizar (se possível) um rio autofágico, por assim dizer autotrófico (cortando-se ou, bem... alimentando-se), não se despreze, enfim, um verossímil ressaibo de passividade. Isto é, como deixaríamos de ver – se é algo que grita – a possibilidade de o pronome *se* ser apassivador do sujeito (este, “um rio”)? Como não ver, nesta *possível* voz passiva sintética, uma analítica (Quando um rio corta, *é cortado* de vez)? Ademais, o mais paciente a ponto de esperar o 2. verso verá, por certo, uma tercei-

ra possibilidade (ou probabilidade): corta-se de vez *o discurso rio de água que ele fazia*; e, desta vez, o sujeito de uma presumível voz passiva deixa de ser “um rio”, do 1. verso, como vemos (por isso ter eu perguntado, algumas linhas acima, se o sujeito seria “um rio”). Antes de prosseguirmos, chamamos a atenção para que não se julgue a ausência de vírgulas entre os versos 1 e 2, ou, tampouco a presença de uma vírgula *cortando* o 1. verso, como fatores de desbaratamento de dúvidas quanto às naturezas gramaticais e, pois, hermenêuticas, interpretativas em que nos prendemos, uma vez que o poema é de todo aberto mercê, sobretudo, de recursos e “condescendências gramaticais”; digamos que nada se resolve; antes tudo se superpõe e permanece a ser resolvido, numa potencialidade polissêmica e de anfibologias irreduzíveis.<sup>v</sup>

No 2. verso, o autor já usa indiferentemente o vocábulo “discurso” por “curso”, dando-lhes o pertencer a uma mesma relação léxica paradigmática (que permanece, qual seja, todavia, no escuro) formando uma palavra composta por justaposição (“discurso-rio”). Em seguida, ao aumentar (ou ao formar) o sintagma com “de água” (“discurso-rio *de água*”), fundirá com maior veemência os dois âmbitos de *significados* (atividade humana *versus* atividade fluvial) num mesmo *significante* –“discurso”–, como apresentado. Não se poderia deixar de

## ANÁLISE HISTÓRICA E ESTILÍSTICA DAS FUNÇÕES DA LINGUAGEM

falar acerca da preposição que liga o determinado “discurso-rio” ao determinante “*de* água”. Ora, a palavra composta que se formou, embora saibamos que “curso” é tido como sinônimo de “discurso”, faz de “de água” uma incógnita do ponto de vista sintático: seria, graças à concrecibilidade de “rio”, um adjunto adnominal, um longínquo aposto (cf. “cidade *de Paris*)? seria, graças ao aspecto abstraente de “discurso” (que se mantém apesar de tudo, graças à explicitude do significante), um complemento nominal (cf., *e.g.*, “vontade *de Deus*”? Acreditamos tratar-se de um acúmulo, neste determinante sintagmático, das várias funções sintáticas em tela, pois que, como se demonstrará, o poema concede tais regalias aos vocábulos que o compõem. Ademais, vemos a relevância interpretativa que há em se ver, em “de água”, ora uma adjunto, ora um complemento, ora um aposto, ora, possivelmente, tudo sobreposto, de modo a criar, no fim, a imagética *irracional* de que tanto falou Aristóteles (e sobre a qual hoje tão pouco se fala...).

A concordância nominal do 3. verso, abstrusa à primeira vista (“*cortado, a água ...*”), mostraria uma nova acumulação de significados num único significante: agora, água é sinônimo, é, melhor dizendo, idêntica – até (ou *sobretudo*?) morfológicamente – ao que já havia sido acumulado acima. Isto é,

“curso” era sinônimo de “discurso” que era sinônimo de “rio”; e, agora, *tudo isso* é sinônimo, também, de “*água*”: donde poder o adjetivo flexionar-se no masculino, já que, entre “*água*”, “*rio*” e “*discurso*”, como vimos, não há diferença semântica – *nem morfológica*. Além de serem encaradas, como afirmávamos acima, como pertencentes a um mesmo inventário léxico paradigmático, por influxo da destreza e pujança criadora do poeta, tais vocábulos deixam de apresentar – como comprova a concordância – mesmo quaisquer diferenças que se possam atribuir no campo da análise mórfica, pois que *água*, sendo vocábulo verossimilmente masculino (cf. “*cortado*”), entra em novo inventário, – o dos vocábulos (como “*discurso*” e “*rio*”) do gênero masculino, afinal. Eis o endosso da concordância com cujo objetivo ora compactuamos. Um ardid da mente: acostumada, esta volta a recorrer a instrumentos de que dispõe a fim de descodificar pragmaticamente as mensagens do dia-a-dia, sem, no entanto, deixar de se perturbar ante uma infração gramatical tão refutável racionalmente; eis uma anfibologia gramatical... e mental!

E haverá, como mostraremos, um acúmulo gradativo de significados, espécie de enchimento paulatino, imitando, preminentemente por meio das sutilezas da estilística léxica, o *regime* de um rio. É como se o poema, à guisa de um leito

## ANÁLISE HISTÓRICA E ESTILÍSTICA DAS FUNÇÕES DA LINGUAGEM

principal, ou é como se o discurso ou o rio (vimos um ser sinônimo do outro) fosse(m) alimentando-se, aos poucos, de muitos afluentes que nele(s) desaguassem: “um rio precisa de muito fio de água” (v. 3; estr. 2) , “um rio precisa de muita água em fios” (v. 7; estr. 2).

Ainda em relação ao 3. verso da 1. estrofe, víamos, para retomá-lo, que curso = discurso = rio = água. Mas, após ponto e vírgula (v.2), “cortado, a água se quebra em *pedaços*” (v.3) (adiante se verá o que são tais “pedaços”): ratificou-se, pois, que água é mesmo indício de inteireza, de fartura, de profusão, de discurso *total*; ou o que se pode quebrar em pedaços, senão aquilo que é – ou já foi um dia – inteiro?

Esta fartura, no entanto, já se mostra ameaçada; consolida-se tal ameaça nos versos 4, 5 e 6: ao se ter feito em pedaços, a água se dilacera, havendo comprometimento de seu antigo *status* de inteireza, e o que, ambígua e paradoxalmente, fá-la mantenedora daquele *status* (“em *poços* de *água*, ...”, v.4 = em *parte* deste *todo* – represado) e, ao mesmo tempo, “paralítica” (v.4). Nesta exata situação, continua o poeta, a água “equivale” (v.5) a nova fronteira até então não deslindada (mais uma a encher um único significante): “[a água represada equivale] a uma *palavra* em situação dicionária” (v.6). Vemos, agora, o que significavam aqueles pedaços do verso 3: o discurs-

so (água), cortado, quebra-se (palavras); represado, estagna-se (palavra dicionária).

Por isso, centramos nos versos 4 e 7 a importância precípua desta estrofe, já que instauram e consolidam a ambigüidade que norteará, dali para a frente, todo o poema: a água é sinônimo do *todo*, como vimos (= discurso = rio), sem abrir mão das *partes*, dos fragmentos com que se consubstancia (= palavras); haja vista os versos “em *poços* de água, em água *paralítica*”(v.4) e “*isolada, estanque* no poço *dela mesma*” (v.7).

Depois de “cortado”, a água (água = discurso, e cortado) revelou, como vimos, outra faceta: com ser também parte de si mesma (água = palavras), se empoçada, esta inteireza, ora fragmentada, redundará em palavra “paralítica”, “dicionária” (um *adjetivo* [!]), “isolada”, “estanque”. Partindo desta situação específica em que se imiscui a água, veremos que o (dis)curso do rio, um pouco à frente, *desviar-se-á* (um discurso em meandros? soa-nos como algo de há muito previsto por nós, um pericurso, conforme vaticináramos...); e desviar-se-á justamente graças à estaticidade de suas águas represadas: “e *porque assim* estanque, estancada; / e mais: porque assim estancada, *muda*” (v.8 e 9). Outro paradoxo. O verso 8, com efeito, possui (ou pode possuir) um aposto circunstancial em

## ANÁLISE HISTÓRICA E ESTILÍSTICA DAS FUNÇÕES DA LINGUAGEM

“estancada” (como o há em: *Rainha* esqueceu o que sofreu *vassala*. – Bocage *apud* Bechara). A análise do último vocábulo do verso 9 impõe nova acumulação: tal vocábulo é um verbo (muda = desvia), mas poderia ser um adjetivo (muda = calada), pois o verso é uma seqüência de qualificações, iniciadas, a bem dizer, desde o verso anterior – “...*estanque, estancada, / (...)* estancada, *muda*”. Com efeito, só se depreenderá que se trata de um **verbo** (ou que pode tratar-se de tal) pela intervenção do verso seguinte – que, por sinal, como que atravancará a fluência da leitura sob o ponto de vista racional –, que, logo no início, aponta (sugere) ser o significante “muda” um verbo, não um adjetivo ou substantivo, como propuséramos (repare ter havido aproveitamento de uma polissemia) – “e *muda porque ...*”(v.10). É mister que se faça uma ressalva: este novo vislumbre a que se chegou não dilapida, absolutamente, o emblema que o “muda” do verso 9 nos deixara decalcado na impressão (muda = calada). Logo, isto dá a “muda” concomitância de três classes, como falado algures: verbo, substantivo e adjetivo, com as propriedades intelectivas que tais classes encerram. É um fato inquestionável que, a partir do verso 7, já não haverá nenhuma distinção entre “água” e “palavra”; muito embora a dicotomia *água=discurso* X *água=palavra*, sobremaneira relevante, permaneça: todo o poema é alusivo à fartu-

ra, à “grandiloquência” (v.5; 2.estr.– campo semântico de “discurso”) e à escassez, à “seca” (*mudez*) a ser combatida (*mudança*) – último verso do poema (campo semântico de “rio”, “água”). Profusão e parcimônia de palavras/águas.

Palavra/água que, por estar em situação “dicionária”, mudará (e é muda); “e *muda porque com nenhuma comunica*”(v.10). Ora, “com nenhuma comunica” é a *explicação* de por que a palavra é *muda* (um adjetivo) [imaginemos uma frase similar: “*Ele está triste, porque não fala com ninguém...*”]; é, ademais, a *causa* por que a palavra *mudou* (um verbo): pela exploração do “*porque*” encontrado neste verso (10), conclui-se que tal “porque”, aí, é uma conjunção coordenativa explicativa (o que faz de *muda* adjetivo), e/ou uma conjunção subordinativa causal (o que faz de *muda* um verbo)<sup>vi</sup>, – o que endossa o quanto dizíamos linhas acima a esse respeito. As noções de *mudez* e *mudança* (ou *seca* e *profusão*, como se queira) não interferem uma na outra a ponto de podermos asseverar ter havido exclusão ou proeminência desta sobre aquela ou daquela sobre esta; há, muito ao invés disso, uma fusão tão perfeita que dificulta – intencionalmente – a percepção dos campos semânticos. Situações limítrofes postas em parilha. Com efeito, o “porque” do verso 11 sugere, mercê da posição pronominal enclítica no verbo (“porque cortou-se”) haver, aí,

## ANÁLISE HISTÓRICA E ESTILÍSTICA DAS FUNÇÕES DA LINGUAGEM

uma conjunção coordenativa (explicativa), – sobremaneira mais adequada àquela aludida posição pronominal (se imaginarmos que houve, em vez disso, uma conjunção subordinativa causal, terá havido, sem prejuízo do poema, fique claro, erro gramatical, solecismo de colocação, a fim, contudo, de impor uma daquelas conjunções propostas sem abrir mão da outra). Além disso, podemos dizer, até, ter havido, graças à paronomásia (advinda de um aparente radical idêntico – *mud* – o que nos levaria a crer que compartilhassem um mesmo campo semântico; assim, tratou-se, na verdade, e como já o dissemos, de aproveitamento de vocábulos homônimos perfeitos), um “campo ideológico” que, falsamente (paralogisticamente, sofisticadamente) induz o leitor a achar que não há um porquê por que se deva separar duas idéias que, na verdade, são tão distintas como as em pauta – muda (calada); muda (desvia). Aqui propusemos a noção, tônica de todo o poema, de haver um “universo semântico”, uma nova esfera semântica onde as associações sejam arbitradas habilmente pelo autor e captadas de tais ou quais formas pelos espectadores. Por sinal, o paralogismo, o sofisma é o que leva o leitor, neste poema, a extrair conclusões falsas (porém oniricamente verossímeis) em muitos outros locais. Por meio de duas *verdades* (premissas), chega-se, não obstante, a uma conclusão *falsa*. Pelas mãos destras do autor.

O rio, sendo um discurso que é, e que, por um tempo provisório, tenderá à perda da profusão de cujas águas-palavras se compõe (cf.: “*Salvo a grandiloquência de uma cheia* / lhe impondo *interina* outra linguagem”– versos 5 e 6 da 2. estrofe), é, também, uma “*sintaxe*”(v.10; 1. estr.), um “*fio de água*” (v.11), isto é, uma seqüência ordenada e organizada de “palavras”, *pedaços* que *os* abastecem, o rio como o discurso.

Já no fim desta primeira estrofe, haverá a *reiteração* do primeiro acúmulo de que se tem vislumbre no poema, a “sedimentação” semântica que se percebe logo no título: discurso = curso (se se leva em conta a dupla negação como esteio de afirmação) ou discurso = curso em meandros. Isto se vê na forma como o autor explorará o verbo “discorrer”. Releiamos o último verso da estrofe, que, como dizemos, é a síntese de um primeiro bloco; ei-lo: “o fio de água por que ele *discorria*” (v.11). Ocorre que a regência de tal verbo é primacialmente indicada pela preposição “sobre” (tendo como paralela, por exemplo, “acerca” etc.), uma vez que o concebemos como sinônimo de “discursar” (donde acalentamos, naturalmente, o advérbio de assunto); e dizer que um rio discorre (discursa), neste poema, não é motivo de qualquer estranhamento, não mais. Assim, ao ser proferido tal verbo, tendo-o antecedido a

## ANÁLISE HISTÓRICA E ESTILÍSTICA DAS FUNÇÕES DA LINGUAGEM

preposição “por” (cf.: “*por* que”), *algo de estranho volta a se nos dar*. O fato é que, ao dizermos (sobretudo neste poema) “discorrer” (=discursar?), a preposição que será imediatamente evocada pela mente será “sobre” (de assunto, repita-se); a esse respeito já concordamos. A mente, de forma automática, reagiria ante este verbo pedindo-lhe ou que não tivesse complemento (pelo que seria intransitivo, outra possibilidade factível), ou que exigisse, repetimos, preposição “sobre”. Mas ao ser evocada estoutra preposição ora em tela, muito paradoxalmente o verbo dará a si mesmo os subsídios com os quais se derrocará quanto ao campo semântico de “discurso”, por ele próprio, pelo verbo, evocado, aquele campo que seria, confortavelmente, o mais aceito pela lógica quando do confronto com “discorrer”. Assim, pela reverberação elíptica da preposição “*sobre*” evocada, trazida à baila, pairando por nossa mente obnubilada, “discorrer” é a prova cabal de que, como dissemos, no título (como no restante do poema), “curso” é igual a “discurso” (aqui com acepção, digamos, real, isto é, dicionarizada, normatizada, pois), já que os verbos de que provêm tais vocábulos são, também, sinônimos, pois que “discorrer” é igual a “correr”. Ou melhor: *dis*-correr é igual a correr desordenadamente para todos os lados (cf. falamos acima com relação a “discurso”). Ora, acreditamos que a ação da preposição “sobre” que nos vem à mente graças ao “discorrer” é um liame entre este

significado (dicursar) e “correr”: é perfeitamente plausível que se conceba a noção de um rio “*correr sobre*” alguma coisa (adjunto adverbial de lugar por onde, cf. o Mestre Rocha Lima). A preposição “sobre” tem um cunho concreto (sobre = por cima) – o que nos aproxima do  $\phi$  –, e abstrato (sobre = acerca) o que nos leva a cogitar um  $\psi$  –, assim como o uso indistinto e indiscriminado de “discorrer” por “correr” mas “dicursar”, respectivamente<sup>vii</sup>.

Dessa forma, o rio discorria (isto é, *corria*) sobre o fio de água, corria por *sobre* a “sintaxe” (v.10). E por outro lado – sempre atenção! –, concluir-se-á que, igualmente, aquela atividade preliminar do rio se manteve: o rio “dicursa”, no fim da primeira estrofe, *em prol* daquela sintaxe, dicursa em seu socorro, já que “...a sintaxe do rio [é] / o fio de água *por que* ele discorria” (versos 10 e 11), – adjunto adverbial de favor. Basta que colimemos a preposição “por” a par do pronome relativo “que”, algo que cria a idéia de que falamos acima (discorria *em prol* da sintaxe, indo a seu encontro, quiçá...). Isto tudo sem, mercê da preposição “sobre”, que, repetimos, parece-nos ter sido evocada pelo reconhecimento lógico e automático a que chegamos após a leitura do verbo “discorria” (acabrunhado pelo contexto – *situação?* – do poema, sendo induzido a reproduzir campos semânticos de *conversas*, *sintaxes*,

## ANÁLISE HISTÓRICA E ESTILÍSTICA DAS FUNÇÕES DA LINGUAGEM

*palavras* etc.), mas sem deixar de *coexistir*, neste verso, a idéia ordinária e concretamente característica de um rio qualquer – correr *sobre* algo, e, ainda, de forma prolixa e negadora, tudo em parêntese: *dis-correr*. Este cruzamento sintático (repare que foi o que houve) é arcabouço de nova indiferenciação entre os significados “discurso” e “curso” no mesmo significante – agora um verbo, não mais substantivos: “**discorria**”. Novo acúmulo. Aliás, onde está o famoso contexto capaz de dirimir eventuais falhas oriundas de polissemias?

Sem contar que, por se tratar de um rio, poderíamos, se *apenas* ouvindo (e se ouvindo *apenas*) este verso (“...o rio discorria”), não conhecêssemos os demais, reiterar-se, poderíamos acreditar que tivéssemos escutado “escorrer”, em vez de “discorrer”, dada a pequeníssima diferença fonética que se dá entre um vocábulo e outro, dada, sem dúvida, a tendência mentalista que temos de acatar o vocábulo apenas pelo ponto de vista fonêmico (fonológico), refutando ou sobrepujando pequenas variantes fonéticas, pequenos alofones, o que nos diria que, em se tratando de um rio, ou o falante se equivocara ao proferir aquele /d/ (*discorrer*), ou nós o entendêramos erroneamente. Outrossim, o *debordamento* que há na pronúncia de “escorrer”, fazendo o -e- soar como -i- (cf. /iskorer/), diminui a distância fonética entre estes dois verbos, o que nos faz propen-

der, repetimos, à conclusão de que teríamos escutado um -d-que, definitivamente, não faz parte daquela situação fonêmica, assim digamos. Repare-se no *paralogismo* perpetrado pelo autor (aos leitores incautos ou àqueles que não estivessem diante da palavra escrita do poema): a aproximação fonética (e a consciência do autor de que somos desleixados quanto à relevância de alofones) implica erro de nossa parte. Aliás, dada a importância da escrita neste poema, quanto às letras, nem as chamaríamos letras, senão, sim, *grafemas*: elementos com e sem os quais chegamos a *erros* – verossímeis.

Além disso, voltando à ferida auditiva que o poema provoca, os dois últimos versos desta estrofe como que fomentam o estranhamento meramente pela superfície fonética que trazem por trás de si: “(...) do *rio*/ (...) *discorria*”, onde não veríamos apenas uma vogal temática -o em “rio” e uma desinência modo-temporal -a em “discorria”, mas, sim (talvez tendo de recorrer à argúcia possibilitada pelos ouvidos), uma desinência (*nominal*) de gênero -a em “discorria”, em que, pois, -ria (/ria/) é o feminino de rio. Algo semelhante ocorrera, diríamos que num sentido oposto (embora na mesmíssima direção), quando, acima, o substantivo água fora cortad-**o** e não cortad-a.

## ANÁLISE HISTÓRICA E ESTILÍSTICA DAS FUNÇÕES DA LINGUAGEM

Repare-se, ademais, que o recurso utilizado no fim desta estrofe, a fim de causar a gradativa sensação de acúmulo que abonamos, é extremamente sugestivo: a estilística por meio de cujos aviamentos haverá, em um único verbo (discorrer), vários significados (correr, escorrer, discorrer etc.) foi exatamente a que adveio, em primeira instância, da exploração do *regime* daquele verbo que lá figura (*i.e.*, as possibilidades de preposições que lhe sirvam). Coincidência ter-se utilizado, no verso que arremata uma tese proposta, o *regime* de um verbo para aludir à cheia, à vazante, aos sedimentos e fertilidades por que oscila o *regime* de um rio? Coincidência?

A segunda estrofe, esta descortina um terreno firme e confortável à nossa mente: ao dizer, num aposto, que o curso de um rio é seu discurso-rio, nada mais nos sobrevém senão a confirmação do que já sabíamos e acatávamos de há muito. Ao contrário de nos causar estranhamento, pois, o autor, como dissemos, dá-nos a sensação de já termos presumivelmente dominado a ambiência do poema, o que chamamos “o universo semântico” deste (isto é, o conjunto de campos semânticos em interseções e superposições): qual nos é, a esta altura, a diferença entre “curso”, “discurso” e “rio”? Nenhuma. Diríamos, certamente, que estas são apenas – se muito – palavras léxicas a serviço, isto sim, de uma única palavra semântica, – que, não

obstante, permanece escondida nenhures... É algo que nos faz lembrar a metáfora composta de Aristóteles, em que “a taça é o escudo de Dioniso”... ora, a quem se refere o elemento (a entidade) “taça”? Como, igualmente, interpretarmos “o homem é o sal da terra” se não soubermos a respeito de que é este “sal”? O autor pode, querendo, permanecer oculto. Haja vista que “seu discurso-rio”, se benevolmente encarado, poderá ser, até, um vocativo, em que o eu lírico revela estar falando não conosco, senão, sim, com o *senhor* (com efeito da próclise passa a *seu*, como sabemos) discurso-rio, ou seja lá o que mais for. Logo, o “seu” acumula encargos de pronome possessivo e de tratamento.

Quando, agora, estamos no segundo verso desta segunda estrofe, depara-se-nos apenas um *complemento*, se é que o podemos assim rotular (à falta de termo mais preciso, certamente), da idéia introduzida na 1. estrofe de que a inteireza do rio é suscetível à *fragmentação* e à *transitoriedade* (cf. “[o curso-discurso-rio] chega raramente *a se reatar* de vez” – v.2; 2. estr.). Ocorre nova ambigüidade sobre a partícula *se* ali presente, conforme ocorrera com o 1. verso da 1. estrofe (e conforme já dissemos, q.v. nota de rodapé n. 2). A noção presentemente nova não é o fato de o (dis) *curso* (-rio-água) ter-se cortado, quebrado em palavras (-águas), ter emudecido e mu-

## ANÁLISE HISTÓRICA E ESTILÍSTICA DAS FUNÇÕES DA LINGUAGEM

dado; tal idéia é antiga para nós. Novo é-nos, sim, o fato de, uma vez mudado (e/ou mudo), raramente este (dis) curso voltar a ser o que era (cf. “reatar”), ou, melhor dizendo, raramente voltar a ser *definitivamente* o que era (“reatar *de vez*”), tenha sido esta ação fomentada por outrem (caso em que se releva a voz passiva pronominal ou sintética), tenha sido ela propiciada pelo próprio rio (levando-se em consideração a voz reflexiva propriamente dita, ou, também, a própria voz reflexiva recíproca, desde que sabemos – ou aceitamos – que o rio se reveste de uma pluralidade de elementos semânticos componentes).

E completará, sempre acumulando campos semânticos, que a dificuldade acima aludida é oriunda do fato de o rio precisar “... de muito fio de água / para refazer o fio antigo que o fez” (versos 3 e 4; 2. estr.), dois versos que, dado o cavalgamento, expressam tão-só uma idéia (de finalidade). Sem deixar de perquirir o recurso fonético aí incrustado: o 2. verso desta estrofe “evolui” foneticamente e culmina no 4. verso desta mesma estrofe: o “vez” daquele passa por um metaplasmo virtual (e concomitantemente concreto, pois que aí está para quem quiser vê-lo), um como que *ensurdecimento*, transformando-se, ou atualizando-se em “fez”, neste último verso aludido (que, por sinal, goza de um vocábulo provavelmente por meio do qual, mercê de sua influência sub-reptícia, processou-

se aquele ensurdecimento; a saber: “vez”... “fio”> “fez”, c.q.d.).

A transitoriedade e as exceções são os universos semânticos que iluminarão o poema a partir do verso 5 desta 2. estrofe (cf. “*Salvo* a grandiloquência de uma cheia”). Mas é o verso 6 o que consolida esta nova luz, ao afirmar : “lhe impondo *interina* outra linguagem”. Ora, a relação aqui é – característica do poema – ambígua, e, dir-se-ia, do ponto de vista fônico, conducente, de novo, a conclusão errônea quanto à interpretação da mensagem. Observemos a relação entre a última palavra do verso 5 (“cheia”) e esta “interina” do verso 6. O que ocorre? É óbvio que, ao *ouvido*, o reconhecimento que advém de “interina”, graças à reverberação do campo semântico da palavra “cheia” (que parece se prolongar, escorrendo ao verso seguinte), é uma idéia de “inteiriça”, “inteira”, “inteirinha”, “*inteirina*”, enfim, um diminutivo proveniente de neologismo com perfeito respaldo, se não na norma, então, sim, certamente, no *sistema* da língua portuguesa. E parece, até, um sufixo diminutivo simpático ao João Cabral de “Morte e vida *severina*”... Há exploração, assim o cremos, da função unicamente diacrítica – fechar o timbre do /e/ que a antecede – da semivogal “i” (/y/) em “inteiriça” ou mesmo “*inteirina*” (/iNtêrisa/ ; /iNtêrina/ –, que são as pronúncias corriqueiras que aí se dão)

## ANÁLISE HISTÓRICA E ESTILÍSTICA DAS FUNÇÕES DA LINGUAGEM

para usar os estratos fônicos sugeridos, mas elípticos, destes vocábulos como novos acúmulos de *significados* aparentes (graças a uma colaboração precípua de “cheia”, repete-se) no *significante* “interina” (/iNtêrina/). Repare-se que, do ponto de vista prático, na pronúncia corrente (dada a indiferenciação que se dá entre os proferimentos do ditongo /ey/ e a vogal fechada /ê/), apenas um fonema haverá de marcar a diferença entre “inteiriça” de um lado e “interina” (que é o que aparece no poema) de outro: mudar-se-á /s/ por /n/. Se aceitarmos o diminutivo sistêmico \**inteirina*, acreditamos não haver qualquer diferença do ponto de vista fonético com “interina”. Mas há – eis a ironia do poeta – diferença *fonêmica* que nossos ouvidos, acostumados, mais uma vez, a desprezar as sutilezas fonéticas, não puderam, por isso mesmo, captar. E já concordamos que a tendência é acatar os traços fonêmicos, prescindindo de pequenas diferenças, aparentemente irrelevantes, assentes no âmbito fonético. Parece que o autor aproveitou esta indistinção fonética que perpetramos, levando-a ao limite da indistinção fonêmica: se não soubéssemos, ao *ler* o vocábulo “interina”, do que se trata tal vocábulo, haveríamos de, à moda do que se nos passou alguns exemplos acima (com “discorria”), acreditar que, ou teríamos ouvido mal, ou se tratou, de fato, de alusão ao vocábulo “inteira” (ou um dos derivados diminutivos) mal pronunciado, ou melhor, pronunciado num registro relaxado,

ao invés de tenso, com supressão – já tão aceita – da semivogal -i-<sup>viii</sup>. Foi um novo trocadilho (que acumulou em “interina” os significados tanto de fugacidade quanto de integridade) à consecução do qual se chega, via de regra, pela indiferença no terreno da ortoépia (e mesmo do significado) que faz tão próximos os vocábulos em discussão (o que de fato aparece no poema e os que este evoca). A cacoépia a serviço do dislate artístico-receptivo. Reparemos estarmos oscilando amiúde entre os campos sônico e escrito.

Pois na seqüência, o autor, retomamos, indica que “salvo” na situação de cheia grandiloqüência, na situação *provisória* (“interina”) e *integral* (“cheia”) de “uma outra linguagem” (v. 6; 2. estr.), excetuando, pois esta *situação* específica, ou este *contexto* específico, o rio-discurso precisará de muita ÁGUA (temos, já embutida, uma idéia da vastidão de significados ora trazidos à tona); e “...água em fios / para que todos os poços se enfrasem” (versos 7 e 8). Uma pequena ressalva: cremos que, por seu turno, o próprio vocábulo “salvo” do verso 5 desta estrofe tem outra classe possível no contexto: adjetivo; reparamos na força quebrada que promana de um antigo processo de gamaticalização que ocorrera com um vocábulo lexical, transformando-o num mero instrumento gramatical. O fato se dá por “grandiloqüência” ser, agora, novo sinônimo de

## ANÁLISE HISTÓRICA E ESTILÍSTICA DAS FUNÇÕES DA LINGUAGEM

discurso-rio, e, por isso, embora “salvo” esteja flexionado no gênero masculino, é com “grandiloquência” que concorda; algo que, por sinal, já não mais nos causa estranhamento, pois que ocorrera nada menos que duas vezes na 1. estrofe.

O verso 9 vem encetado, ainda no verso anterior, pelos dois pontos, – esta notação que parece abrir a janela a um mundo almejado e, então, obtido: *reatando a si mesmo* (cf. “*se reatando*”,v.9) *a seca ele combate*<sup>ix</sup>. Este é o período central que carrega os quatro últimos versos, é a coluna deste conjunto derradeiro. Por esta tese propugnaremos daqui em diante: abonaremos que os 4 últimos versos estariam unificados por um fio de idéia, uma vez que se detectou que a sua “coluna” começa no verso 9 – “se reatando” – e só acaba no fim do último – “a seca ele combate” –; trata-se, pois, de um *bloco*, o último do poema.

Paremos para a análise da oração reduzida de gerúndio que inicia este último bloco. Ao dizer que “*se reatando* (...) a seca ele combate”, não sabemos que tipo de relação se firmou entre a oração principal (“a seca ele combate”) e a subordinada reduzida (“se reatando”); isto é, podemos pensar no inventário perfeitamente plausível:

(1) *Quando* se reatar, a seca ele combate (relação temporal);

**MARCELO MORAES CAETANO**

- (2) *Se* se reatar, a seca ele combate (relação condicional);
- (3) *Por* se reatar, a seca ele combate (relação causal);
- (4) *Embora* se reate, a seca ele combate (relação concessiva)<sup>x</sup>;
- (5) Ele se reata *e* combate a seca (relação aditiva);
- (6) *Como se* se reatasse, a seca ele combate (rel. comparativa e condicional)

A retirada da vírgula entre a oração subordinada (reduzida, como sabemos) e a principal é motivo de, por sem dúvida, dificuldade não só quanto à apreensão deste período espalhado por todo o último bloco (e, graças a isso, também, o bloco permanece coeso), como, igualmente, da depreensão quanto ao tipo de relação em que se calcam estas duas orações: concluímos, pouco acima, não poder haver incisividade, asserto, ao afirmar-se que se tratou de subordinação (de que natureza?) ou coordenação (aditiva?), ou superposição de ambas ou de várias naturezas subordinantes diferentes. Suprimir a vírgula foi, assim, o motivo de nova abertura de possibilidades interpretativas, uma vez que, a despeito de não havê-la, sentimo-la.

Por fim, na análise daquele último bloco (os 4 últimos versos), vemos a derradeira paulatina acumulação de elementos; desta vez, cremos, ostensivamente frisada:

## ANÁLISE HISTÓRICA E ESTILÍSTICA DAS FUNÇÕES DA LINGUAGEM

- 9 (...) de *um para outro* poço,  
10 em frases curtas, então *frase e frase*,  
11 *até* [o ápice] *a sentença-rio do discurso único*  
12 *em que se tem a voz* (...)

(Obs.)

- a) Suprimimos, por razão didática, o período central deste último bloco.
- b) Salientamos o cavalgamento que houve do verso 11 para o 12.

Gostaríamos de falar algumas palavras sobre os “*se*” deste bloco. Começamos com o “*se*” de “*em que se tem a voz*”(v.12). Seria isto a sugestão (sugestão apenas) de uma *conjunção subordinativa condicional*? É claro que, neste caso, o uso de vírgulas dirimiria por completo tal impasse (cf. “em que, *se* tem a voz, a seca ele combate), pelo que poderíamos asseverar que se teria dado, sintaticamente, uma oração subordinada condicional; pareceu-nos que o autor não quis explicitar tal relação sintática: por isso, repetimos, ele apenas fez uma *sugestão*, ao suprimir a vírgula.

Aqui, achamos necessidade de nova introspecção. O cavalgamento entre os versos 11 e 12 e a ausência de vírgulas entre estes faz-nos crer (e pode ser novo paralogismo de nosso lado) que a primeira parte do verso 12, justamente a que se in-

dissocia do verso 11, tem função de adjetivo restritivo de “discurso único” (v.11), em vista, repita-se, do pronome relativo “que”, a servir de liame, e da falta de vírgula, tornando a relação entre um membro e outro uma relação restritiva (aí, a primeira metade do verso 12 teria uma função de adjetivo restritivo).

Toda essa nova vertente faz que as atenções se voltem ao “até” que inicia o verso 11; não havendo vírgula (e, por isso, sendo a relação, como vimos, *restritiva*), saberemos que é só *até* aquele ponto específico que algo acontecerá (o processo verbal, que é o que pede a preposição “até”, só aparecerá adiante): algo acontece *até* “a sentença-rio do discurso único / *em que se tem a voz*” (11 e 12), não além, não aquém; assim, se não tiver a voz, algo não acontece *até* aquele ponto. Se crermos, entretanto, que a ausência de vírgulas foi atitude premeditada de induzir a *mais esta* conclusão, além de a outras possíveis, analisaremos-lo, o cavalgamento, com uma vírgula entre um verso e outro, o que leva o verso 12 a ter uma relação de adjetivo *explicativo* (cf. *até* a sentença-rio do discurso único[,] / *em que se tem a voz*). Uma última observação: o processo verbal aparecerá, como dissemos, logo à frente (*até* aquele determinado lugar, ele, o rio, discurso etc., *combate* a seca).

Recapitulamos, assim, algumas possibilidades:

## ANÁLISE HISTÓRICA E ESTILÍSTICA DAS FUNÇÕES DA LINGUAGEM

(1) até a sentença-rio do discurso único/ em que [,] se tem a voz [,]

(2) até a sentença-rio do discurso único/ em que se tem a voz

(3) até a sentença-rio do discurso único/ [,] em que se tem a voz [,]

Ou seria, aquele mesmo “se”, uma partícula apassivadora? (cf. “em que *se* tem a voz” = “em que a voz é tida”) com função, na verdade, de deixar indeterminado o sujeito de uma voz ativa (sabemos que a voz passiva tem, como propriedade intrínseca, preterir o sujeito do processo verbal quando da voz ativa. Q.v. nota de rodapé n. 2); pelo que teríamos “em que a voz é tida *por quem?*”, ou “em que *têm* a voz”. O mais provável é que, na verdade, este “se” seja o acúmulo de todas essas características, que, por incrível, não nos parecem contraditórias.

E isto levará o outro “*se*”do bloco (“*se* reatando”) a acumular as funções de um *pronome reflexivo* (“reatando a si mesmo”), em parêntese com a *conjunção* (“*se* [está ou estiver] reatando”) que já havíamos aceito (q.v. o inventário feito a esse respeito; de acordo com esta alternativa que ora agasalhamos, chegaremos, no tal inventário, muito próximo à segunda

sentença). Assim, teremos, daquela oração reduzida, a mais provável conclusão:

“**se reatando**” = “*se se reatar [a si mesmo e/ou por alguém]*”–,

em que o *se* desdobra-se em *se se* (conjunção + pronome reflexivo e pronome apassivador).

Por conseguinte, isto levará o verbo (reatando) ao acúmulo, morfológica, sintática e relacionalmente (queremos dizer quanto à natureza da subordinação ou quanto ao vislumbre de uma mera coordenação), das características de um **gerúndio** e de um **particípio** – cf. *se reatando*, *se reatado*; o que induz, por fim, a oração subordinada reduzida a acumular as propriedades dessas duas formas nominais do verbo que, do ponto de vista de sugestão, compõe-na; isto é, não é o que vem explícito pelo autor (até, como vimos, em função da ausência de vírgulas que norteassem a análise sintática), mas, sim, algo perfeitamente cabível em se tratando de aquilo que *pode(ria)* ter sido exprimido. Não falamos, por estar fora do campo nominal do verbo, da possibilidade de esta forma verbal ser, no fundo, um futuro do subjuntivo que, neste caso, coincidiu (nova polissemis) com a terceira forma nominal que estava faltando – o infinitivo. Repare que se o verbo escolhido tivesse sido um irregular forte, isto não teria acontecido, pois nesses verbos há

## ANÁLISE HISTÓRICA E ESTILÍSTICA DAS FUNÇÕES DA LINGUAGEM

ex[pl]icitude quanto aos dois tempos primitivos distintos que originam, de um lado, o futuro do subjuntivo (2. pessoa do sing. do pretérito perfeito) e, do outro, o infinitivo (mesmo o pessoal, vindo, este, do impessoal, a forma nominal a que aludimos). Exemplificamos com “fazer”: quando ou se eu fizer (fut. do subj.); e para eu fazer (inf. flexionado).

Havemos de não deixar passar incólume a ausência de vírgula no período que chamamos central – “se reatando (...) / [sem vírgula] a seca ele combate”. É notório que tal procedimento, em primeiro lugar, dificulta a identidade deste período, pois que a sua oração principal (“a seca ele combate”) parece amalgamada ao fragmento do verso 11 (“em que se tem a voz”), oriundo do cavalgamento analisado, que subsiste no verso 12, bem ao lado (e sem pontuação a separá-los) da tal oração principal, como vemos:

**[em que se tem a voz] [a seca ele combate] (v.12; 2. estr.).**

E nenhuma dessas supressões nos parecem mero desazo do autor.

Em segundo lugar, a ausência de vírgulas antes de “a seca ele combate” é indício poderoso de que, neste verso, podem ter sido suprimidas todas as vírgulas indiscriminadamente – como de fato não as há –, até as que separariam, presumi-

velmente, uma oração condicional que emergiria (em que, se tem a voz, ...), como falamos algures (q.v. inventário a esse respeito).

Além disso, dado o caráter sintético deste último verso (haja vista que a profusão de significados atribuídos a “rio” ao longo do poema restringe-se, aqui, tão-só ao pronome reto “e-le”; q.v. nota de rodapé n. 5), cremos que a supressão dessas vírgulas tenha-se alastrado poema acima, servindo-nos de respaldo à afirmação de que houve igual procedimento em diversos outros lugares cruciais a um entendimento unívoco ou múltiplo, dando azo a uma interpretação fusível e plural, que é o que o poema exige de quem o *lê* (ora, tais sutilezas passam despercebidas a quem apenas o *ouvisse*).

Não obstante o aparente descaso do autor a quem apenas ouvisse o poema, muito de sua enxurrada expressiva advém, ironicamente, de explorações fônicas, fonéticas, e, culminantemente, fonêmicas; algo já se disse a esse respeito. De-frontamo-nos com novo caso. O fato é que o rio *se reatando* (sopesamos um pouco do quanto se pôde dizer com isto) combate a seca “*até* a sentença-rio etc.” Se observamos a *pronúncia* de “em que se tem a voz”, veremos que esta é, indistintamente, “*em que se tenha a voz*” – com crase entre a desinência modo-temporal de “*tenha*” e o artigo “a” (sem traços fonéticos

## ANÁLISE HISTÓRICA E ESTILÍSTICA DAS FUNÇÕES DA LINGUAGEM

e tampouco fonêmicos que o distingam; muito embora, semanticamente, como veremos, haja diferenças enormes); atendendo a que tal construção incute uma impressão ainda mais restritiva quanto ao lugar “até” onde o rio combate a seca – eis que o modo subjuntivo (cf. tenha) é chancela de algo *vislumbrado*, não *realizado* –, concluiremos haver tendência, quanto às duas orações que compõem o período central deste bloco dos últimos quatro versos, às relações que se calquem sobretudo (mas não apenas) em condições, suposições, elucubrações. E tal tese se consubstanciou sobre uma esteira, como vimos, de investigação fonética – e fonêmica –, não mais sobre o mato do vasculhar o universo da pontuação, qual fizemos quanto aos dois pontos, ao ponto e vírgula e, mormente, às vírgulas elípticas que haveria. Aliás, diante de tal pressuposto fonético ora acatado, mesmo suprimidas as vírgulas ou entre os versos 11 e 12 (q.v.), ou dentro do verso 12 (“em que, se tem a voz, ...”), ainda assim, haverá fortes traços condicionantes graças ao modo subjuntivo que nossa mente articula (“em que se *tenha* a voz”); precisaríamos *ver* o texto a fim de descobrir a ausência de vírgulas (e tudo quanto isso acarreta); precisaríamos *ouvi-lo* – ao menos mentalmente – a fim de, por um modo por si só hipotético (o subjuntivo), descobrirmos que a vírgula é prescindível para que tenhamos, em hipótese, tanto as possibi-

**MARCELO MORAES CAETANO**

lidades interpretativas que a sua presença apontaria quanto as que a sua ausência *permite*.<sup>xi</sup>

Tanto mais há a ser dito, que, cansado, damos por encerrada a exegese.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões acerca da relevância última da linguagem é profícua em vários autores ligados às análises filosóficas e filológicas. Ocorre, de há muito, foco sobre o que seriam as funções preeminentes em tais ou quais contextos, tendo sido traçado, para tanto, um quadro em que se esboçam, classicamente, seis funções precípua da linguagem. Ademais, as discussões que versam sobre normatividade *versus* coloquialidade estão freqüentemente subjacentes a essas discussões, em geral mostrando o predomínio de uma área sobre outra, ou, quase sempre, a exclusão propiciada por esse prévio predomínio.

Quisemos demonstrar que, no poema *Rios sem discurso*, de João Cabral de Melo Neto, o conhecimento dos preceitos normativos da Gramática parece de suma importância a fim de se obterem interpretações “lícitas” possíveis, sem que isso desarticule ou desabone a presença das outras funções e dos ou-

**MARCELO MORAES CAETANO**

tros domínios de expressão lingüística. A soma de todas essas interpretações, que, num poema, não têm nenhuma necessidade de se excluïrem, daí o predomínio ulterior da Função Poética, constitui o hipertexto cabralino, de riqueza normativa inequívoca, apesar do constante apelo coloquial do célebre poeta.

Sugerimos, pois, que a abordagem normativa se estabeleça sempre na poética de João Cabral, pois o terreno dos preceitos gramaticais, aqui estudados num único texto do autor, parece fertilíssimo, também, nas demais obras do imortal Melo Neto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo. *Lições de Português pela análise sintática*. 15. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1992.

\_\_\_\_\_, *Moderna Gramática da Língua Portuguesa*. 36. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de Filologia e Gramática*. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Ozon, s/d.

CINTRA, Lindley e CUNHA, Celso. *Nova Gramática do Português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

COSTA, Lúcia Militz da. *A poética de Aristóteles: mimese e verossimilhança*. São Paulo: Ática, 1992.

FREITAS, Horácio Rolim de. *Princípios de Morfologia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1997.

GAMA KURY, Adriano. *Novas lições de análise sintática*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1997.

**MARCELO MORAES CAETANO**

LAPA, Manuel Rodrigues. *Estilística da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1991

MELO NETO, João Cabral de. *A educação pela pedra e depois*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 33. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

---

NOTAS FINAIS

<sup>i</sup> Dissemos “suposto” justamente por não estarmos tão atentos, em primeira análise, à linguagem enquanto sistema de comunicação referencial, ou “representação” (al. *Darstellung*). Em vez disso, estamos encarando-a enquanto forma primeira de “manifestação psíquica” (al. *Kundgabe*). A função fática – por nós colimada no primeiro caso – é uma espécie de manifestação meramente social, norteadas, no mais das vezes, conforme consabido, por ditames culturais e, até, estabelecidos sem critério de fato essencial no que toca à necessidade de existirem do ponto de vista da comunicação estritamente. Tal função serve de estabelecer a manutenção dos canais com que se poderá, eventualmente, apenas sob tal condição ou circunstância, transmitir uma dada mensagem, esta sim relevante, por assim dizer; isto é, aquilo sobre o que se estará calcando o objetivo final do primeiro contato. Por seu turno, a função poética é a forma de manifestação em que se poderão superpor tantos elementos (e mesmo funções) quantas sejam as “táticas” de composição do poeta – seu procedimento –, cuja face aparente é, aí, a do eu-lírico (interessante a obra de Fernando Pessoa *O eu profundo e os outros eus*). A própria função de “apelo” (al. *Appell*) foi-nos de somenos valor, assim, na escolha das funções por nós perquiridas.

<sup>ii</sup> Para Mattoso, “exteriorização psíquica”.

<sup>iii</sup> Transcrevemos o que diz Mattoso Câmara, in *Noções de estilística*, apud Bechara (MGP, 347):

Que é estilo na conceituação moderna. – Entende-se por *estilo* o conjunto de processos que fazem da língua representativa um meio de exteriorização psíquica e apelo.

Abaixo, segue lecionando o mestre Bechara:

---

Estilística e Gramática. – A compreensão deste conceito de *estilo* se fundamenta na lição de Ch. Bally, segundo a qual o que caracteriza o estilo não é a oposição entre o *individual* e o *coletivo*, mas o contraste entre o *emocional* e o *intelectivo*. É neste sentido que diferem *Estilística* (que estuda a língua afetiva) e *Gramática* (que trabalha no campo da língua intelectual).

Como vemos – e como salienta José Lemos Monteiro em sua obra “A estilística”–, Mattoso Câmara “firma uma correspondência da função representativa com a própria língua, objeto de estudo da gramática. Os fenômenos específicos da manifestação anímica e do apelo, ficando à margem desse estudo, merecem a atenção da estilística.” (p. 22)

<sup>iv</sup> Usamos “vocábulo” em lugar de “palavra” por um cuidado que tivemos; a saber: o autor utiliza o vocábulo “palavra” com sentidos que, sem dúvida, transcendem o campo semântico que aí se instauraria quando de uma exegese puramente pragmática; haveríamos de confundir o leitor se usássemos “palavra” por “vocábulo”. Assim, não nos interessou a crença de que “vocábulo” é, primacialmente, algo sem significação externa, o que tornaria errado o seu uso ao referir-se, por exemplo, a “curso” ou “discurso” (muito embora, a dilapidar esse engano, pudéssemos ter usado as expressões “vocábulo-significativo” ou “vocábulo-léxico”). Ademais, relevamos todo o tempo a materialidade fônica dos significantes, outra razão para chamarmo-los “vocábulos”. Poderíamos tê-los classificado como “vocábulos formais” (levando em conta a estrutura morfológica), “vocábulos lexicais”, como dissemos, levando em conta a significação externa de que não prescindem, “significantes” ou “vocábulos-fonéticos” ou mesmo *signam*, esposando a nomenclatura estoíca (todos levando em conta tão-somente a tal materialidade a que nos referíamos), “palavras léxicas” (levando em conta o caráter quantitativo quanto à ocorrência destas entidades no poema, e, ainda, que todas estariam atreladas a uma entidade maior... embora, chegando a um patamar mais profundo, achássemos – e esta a razão por que não adotarmos o termo “palavra léxica” – mais justo o termo “palavra semântica”, a tal entidade maior a que há pouco aludimos; tudo em consonância, a propósito, com Herculano de Carvalho), ou muitos outros termos, inclusive “termo”. O fato é que, neste poema, a força da palavra (ou do vocábulo, como se prefira) é de per si uma força latente que sufoca uma possível tentativa de supremacia do contexto sobre a unidade-vocábulo; a entidade, mais apropriadamente falando, é que dita a direção e o sentido a ser seguido pelo leitor, que é aquele em quem se transforma (com Mattoso em nosso encaixo...) o ouvinte. Ou podemos, neste poema, falar de uma terceira categoria, de um *leitor-ouvinte* (sem cuja sensibilidade em ambos os terrenos sensoriais o poema não teria razão de ser)?! Outrossim, vemos um reflexo congeladamente sutil de Nietzsche ao dizer, em Genealogia da Moral, que “os fortes têm repúdio à união; os fracos tendem a unir-se”, em que a destreza do poeta com força bastante para parturir palavras que reflitam sua integridade (dele, do poeta) dispensa subterfúgios de somenos valor; a saber: a necessidade de criação de um contexto mercê

do qual palavras possam ganhar seus contornos significativos (e fonéticos). Há leis criadas a cada momento, direções e sentidos que se estipulam de tempos em tempos segundo o bel-prazer do poeta e do leitor-ouvinte.

<sup>v</sup> De fato, inúmeros embaraços se fazem no português por conta dos conceitos de voz *passiva* X voz *ativa*. Em latim, havia uma flexão característica da voz verbal em que figurava o verbo – o que, sabemos-lo, não ocorre em português. Assim, havemos de considerar que a construção de voz passiva se dará por meio de uma forma perifrástica, de uma locução verbal, melhor dizendo, em que um verbo auxiliar – de ligação – promova um liame entre a forma meramente verbal e eminentemente passiva (graças à chancela estabelecida pelo verbo principal no particípio passado) e uma *atribuição* dada ao sujeito, um como que adjetivo em que, potencialmente, se transforma aquele verbo principal (graças à concordância em gênero e número que este verbo principal sofre em função do sujeito). Tal chancela se vê, a propósito, em:

1- As flores foram compradas (voz passiva)

a par de:

2- Elas têm comprado flores (tempo composto) etc. –

onde haveria natural repulsa do gênio da língua em acatar *\*"Tenho compradas flores"*.

Geralmente, o auxiliar sendo verbo de ligação caracteriza a voz passiva, enquanto que o auxiliar "ter" ou "haver" é marca, *grosso modo*, dos tempos compostos. (Em "é chegada a hora", por exemplo, vê-se, contudo, uma infração deste princípio.). Além dessa fórmula perifrástica, que, como vemos, tenta realinhar em português uma estrutura que em princípio é própria do latim, conhecemos, para o mesmo fim, a partícula *se* conectada a verbos transitivos diretos ou factitivos (os intransitivos tornados transitivos diretos. Cf. *A onça correu a lebre. O povo chorou aquela morte. O frio murchou as flores* etc.). Assim que, pois, ter-se-á:

3- Como este pão – voz ativa;

4- Este pão é comido (por mim) – voz passiva analítica;

5- Come-se este pão – voz passiva sintética.

É interessante observar que, paulatinamente, chega-se a um afastamento do sujeito da ação, culminando com a voz passiva sintética, em que o sujeito real daquela ação (ocorrendo eminentemente na voz ativa) é rechaçado, ao menos sob os parâmetros da gramática tradicional (embora saibamos que assim não o foi nos tempos de Camões, quando "come-se este pão por mim" seria prontamente acatado).

Muitos gramáticos consideram artificial, pelo quanto acima restou demonstrado, a adoção do termo “voz passiva”, assim como, por consequência, da filosofia que lhe é intrínseca. A alegação – procedente – advém do fato de o latim ter experimentado propriedades lingüísticas que o ajustavam àquela voz, o que, ao contrário, não ocorreria no português. (A esse respeito, remetemos o leitor mais interessado ao resumo do Professor Martinz Aguiar quanto à evolução da conjugação reflexiva trazido na íntegra por Evanildo Bechara *in* Lições de Português pela Análise Sintática, 15. ed., Rio de Janeiro, Padrão, s/d, p. 91.)

Alguns exemplos advêm do próprio conceito que determina: “Voz passiva – sujeito *recebe ou sofre* a ação; Voz ativa – sujeito *pratica* a ação”. Alguns exemplos, a despeito de especiosos, vêm como ilustração do fato que se questiona:

6- Paulo levou um tapa – Voz ativa: sujeito pratica a ação (?)

7- Paulo foi ouvido – Voz passiva: sujeito recebe a ação (?)

(Observe-se esta estrutura: “Não queria passar por ignorante” – José Lins do Rego *in* Fogo Morto; o que se dizer, em nível interpretativo, não sintático, quanto à voz que aí figura? Sintaticamente “por ignorante” é o predicativo de um sujeito da voz ativa, – certo! É cabível a aceitação inequívoca, entretanto, de uma estrutura ativa no seu sentido restrito? Lembramos que a voz passiva pode ter sujeito paciente com predicativo, o que, em sua voz ativa sucedânea, transformar-se-á em predicativo do objeto direto: Ele é considerado por todos *um amigo*; Consideram-no *um amigo*. Estes são itens em que se questiona a *passividade*; para ilustrar, citemos: “Osso duro de roer”; mais se falará a esse respeito.)

Quanto àquela referida “flexão” verbal de voz que, em latim, suscitou uma imitação por assim dizer filosófica em português, vale o exemplo:

8- *Liber legitur a puella.* (lat.)

9- O livro é *lido* pela menina. (trad.)

Em algumas outras línguas, mesmo nas em que sobreviveu patentemente o mecanismo da declinação, há, não obstante, a mesma necessidade do português de, *por locução verbal*, exprimir a idéia da “voz passiva”, como, vimo-lo, não ocorre em latim. Aliás, quanto à declinação, ficamos com Vendryes, para quem os nomes estão para a declinação como os verbos para a conjugação; este o porquê de as declinações, ao contrário do que poderia parecer, não afetarem, em princípio, a necessidade de perífrase *verbal* – enquanto declinações afetam preeminentemente *nomes* – para expressar-se a voz passiva. Do alemão, tiramos:

10- *Ich schreibe die Bücher.*

11- Eu escrevo os livros. (trad.)

12- *Die Bücher werden (von mir) geschrieben.*

13- *Os livros são escritos (por mim). (trad.)*

Neste caso, o verbo principal permanece cristalizado de modo a não flexionar-se em número e gênero, como o acontece, já o vimos, em português: a despeito do sujeito, o verbo estará, sempre, naquela forma estática, no particípio passado com *ge-...-en*, sem nenhuma diferença, por exemplo, para o mero tempo composto:

14- *Ich habe die Bücher geschrieben.*

15- *Eu tenho escrito (ou escrevi) os livros. (trad.)*

(Aliás, vemos em *ge-...-en*, do alemão, talvez, o morfema *descontínuo* apontado por Herculano de Carvalho no *ne... pas* francês e nas entidades providas de derivação parassintética do português).

Vide oração 1 e 13 em confronto com a 12, onde, nesta última, não há concordância do verbo principal com o sujeito, ao contrário do que acontece naquelas primeiras (não há, tampouco, diferença entre os verbos principais das orações 12 e 14).

Mas, no português, por fim, ressaltemos uma como que encruzilhada lingüística que se processa mercê de uma por assim dizer concessão, regalia da língua em relação aos objetos diretos, que são, com efeito, os complementos exigidos por aqueles verbos que, visto algures, permitem a construção “passiva” (e em xeque já colocamos este conceito). Trata-se dos objetos diretos preposicionados, o que se dá mormente se houver interesse em realçar-se parte do todo de que o elemento provém (dentre outros recursos de ênfase). [Obs.: Muitos gramáticos preferem chamar essa “regalia” de artigo partitivo.]

3 (supra) - *Como este pão* (O.D.)

16- *Como deste pão* (O.D.Prepos.)

A oração 16 indica, estilisticamente, o fato de ter-se comido não o pão todo, mas, tão-só, parte deste pão. Talvez, a título de investigação, detectemos um gradativo desaparecimento – ELIPSE – do substantivo, que, tendo sido núcleo do objeto direto, pedia “deste pão” como uma espécie de subsídio: o substantivo “parte”; resultando em:

17- *Como [parte] deste pão.*

16.1 (q.v. supra) - *Como [...] deste pão* (O.D. Prepos.)

Porque são os objetos diretos os que têm possibilidade de passar a sujeitos de voz passiva, derrubar-se-ia, em primeira instância, a possibilidade de orações em voz ativa com verbos tr. dir. serem passadas à voz passiva se o objeto direto viesse, como o vimos fazer parte da índole, do gênio da língua, precedido de preposição (mui-

---

to embora mesmo alguns verbos tr. *indiretos* aceitem, à força do uso, voz passiva: “A sentença foi *apelada*”; “As mães foram *pagas*”; “O vizinho foi *perdoado*”; “As ordens foram *obedecidas*”; “Os exemplos são *aludidos*”; “O cortiço existe até ao momento em que seu proprietário sobe ao degrau visado” – Antonio Candido & J. Aderaldo Castello etc.). Assim:

16 (supra) - Como deste pão.

18 - Come-se *deste* pão [?!] (Sujeito – com preposição? Obj. direto? Quem é, pois, o sujeito?)

Um exemplo vem do excelente sociólogo Sérgio Buarque de Holanda (*in*: Raízes do Brasil)

19 - “...porque não se achavam dessas coisas na praça...”

Em que o verbo, como vemos, concordou em número e pessoa com “dessas coisas”; entretanto:

a) Como, se é com isto que concorda o verbo, admitirmos um sujeito preposicionado (“dessas coisas”)?

b) Como admitir, se “dessas coisas” for objeto direto, que com ele concorde o verbo (casos há em que o verbo concorda com o predicativo; mas com objeto...)?

Um exemplo que ilustra a situação limítrofe que, ora, graças ao *se*, veremos entre a voz passiva e a voz reflexiva é (Machado de Assis. *Apud* Rocha Lima, *in*: Gramática Normativa):

20 - “Juntos vimos *florescer* as primeiras ilusões, e juntos vimos *dissiparem-se* as últimas”

Estando ambas as sintaxes corretas, a preferência do autor pela flexão plural no segundo caso (“*dissiparem-se*”) parece, de fato, emanar de uma tentativa deste em ressaltar certo preâmbulo de estruturação na voz passiva (“as últimas serem dissipadas”), pelo que teria, obrigatoriamente, de levar ao plural o verbo. É claro que a exploração precípua aqui é, outrossim, a que vem das possibilidades levantadas pelos verbóides. Assim, embora se possa dizer que “*dissipar*” é verbo pronominal (o que caracteriza a voz *reflexiva*, ainda que o *se* seja mera parte integrante do verbo – cf. “Voz reflexiva pronominal”), foi, possivelmente, no afã de criar ou sugerir um emblema de passividade às “últimas [ilusões]” que o verbo foi ao plural. Eis a face normativa da estilística: lidar com as *possibilidades* provenientes do rigor da gramática, que não deve (nem precisa) adequar-se a veleidades individuais pretensiosamente chamadas, o mais das vezes, de “liberdade artística”. Tal se comprova, repita-se, pelo fato de a primeira sintaxe (“vimos *florescer* as primeiras ilusões”) ter-se

## ANÁLISE HISTÓRICA E ESTILÍSTICA DAS FUNÇÕES DA LINGUAGEM

---

mantido no singular, embora, como na segunda, tenha sujeito do infinitivo (e, concomitantemente, complemento do verbo “ver”) no PLURAL.

Foram apenas algumas formas de, mercê de regalias do idioma, os bons autores explorarem, quem sabe, acúmulo de vozes em uma mesma estrutura, qual o é com a estrutura sibilina de João Cabral de Melo Neto ora em pauta: “Quando um rio corta, *corta-se de vez/ o discurso-rio de água que ele fazia*”, em que reside, por obra do autor, a interrogação última.

<sup>vi</sup> Não nos ateremos à supressão da vírgula como suposto critério de distinção entre uma coordenada explicativa e uma subordinada causal, uma vez que, como se vê adiante no poema, a vírgula terá função expressiva de, justamente uma vez suprimida, aumentar o conjunto de possibilidades e recursos de interpretação; interpretação que, caso figurasse tal notação, far-se-ia demasiado restrita mercê de normas gramaticais a fazerem unívoca (e isto o autor não parece querer) a leitura do poema.

<sup>vii</sup> Podemos cogitar estarmos diante do sintagma abstrato – *grosso modo* a ordem direta dos sintagmas (inclusive oracionais, o *nexo*) – em que SUBSTANTIVO + ADJETIVO será, isto, o decalque “ideal” dos demais sintagmas, que, como sabemos, todavia, hão de, a despeito do ideal ora tratado, impor, muita vez, sua forma, de modo a, até, repudiar a abstração em prol de uma outra estrutura diversa, abarcada por razões as mais variadas possíveis; em prol, enfim, de si mesmos, – um *sintagma concreto* (ainda que “infrator”...). A esse respeito, *Teoria da Linguagem*, de Herculano de Carvalho, muito nos tem a dizer.

<sup>viii</sup> “Supressão” não é, de fato, aqui, um termo preciso, pois que, como concordamos, há uma função de fechamento do timbre do /e/ antecedente, sem o quê, não restou dúvida, não haveria a fusão fonética que propiciou e fomentou tal discussão. Eis que a semivogal /y/, na pronúncia de “inteira” (e seus derivados diminutivos, quer neologísticos, quer não) foi o que, novamente, aproximou foneticamente dois signos distintíssimos. Tal semivogal, então, não foi suprimida, senão, sim, incorporada ao vocábulo.

<sup>ix</sup> Ao chamar “rio” (com todos os seus “sinônimos”) pura e simplesmente de “ele”, o autor endossa todas as concordâncias no masculino que fulgem no poema, neutralizando o gênero masculino. A propósito, em “Novos estudos da língua portuguesa”, Mário Barreto diz-nos . Comentamos acerca no próprio corpo desta interpretação. Apenas frisamos que “ele” é, pois, a grande e única “entidade semântica”, tendo, nas demais, apenas ocorrências esporádicas e facetadas de si mesma.

<sup>x</sup> Vemos que apenas a ausência de uma conjunção concessiva na oração reduzida não é suficiente para descartarmos a possibilidade de esta oração ser, também, subordinada concessiva. É claro que, houvesse tal conjunção, tudo seria mais claro (“*embora se reatando*” ou “*se reatando, todavia*” etc.), mas, por outro lado, tão maior seria o explícito...– procedimento rechaçado pelo autor. Cotejemos com: “Sendo

médico, não me pôde curar”: há dúvida de que houve, aqui, elipse da conjunção concessiva? Assim, pelo *contexto*, chegamos, neste exemplo que demos, à inequívoca conclusão de ter havido relação de concessividade. Como o poema abre margem a múltiplos contextos (o por que usarmos a expressão “universos semânticos”), algum que abonasse também a relação de concessividade não nos pareceria assaz especulativo.

<sup>xi</sup> É mister que reconheçamos a importância do quanto se tem dito a respeito da fonética sintática, a disciplina cujo objetivo não é outro senão “estudar os casos em que os fonemas, iniciais ou finais, de um vocábulo significativo sofrem modificações inesperadas (comparáveis ao *sandhi* externo do sânscrito)” (cf. Mattoso, in *Princípios de Linguística Geral*). Em sua obra (*prima*) *Fonética Sintática* (Rio de Janeiro, Simões, 1952), a propósito, Sousa da Silveira tece, alimentado por exaustivo inventário de um sem-número de conseqüências da próclise levantado por ele mesmo, comentários que muito auxiliam aqueles que se interessem pelo assunto de grupos de força, acento frásico etc., etc. Assim, por exemplo (e adentrando em outra obra de igual quilate) os vocábulos clíticos do grego, da mesma forma (“vocábulos significativos que na enunciação linguística são sistematicamente integrados num vocábulo fonético maior e subordinados ao acento que dá a este individualidade fonética”; Mattoso, ob. cit.), já nos prognosticam que, em consonância com eminentes linguistas, repitamo-lo, “o elemento significativo seria, a rigor, a própria frase” (*id. ib.*). É óbvio que o esvaziamento dessa doutrina se dá se imaginarmos, ancorados na idéia de *sintagma abstrato versus sintagma concreto* (q.v. notas 2 e 7), que a estilística é exatamente a ferramenta através da qual se poderão criar novas e novas estruturas frasais, quase ininterruptamente, matizando as frases, a despeito da aparente fixidez significativa (imposta pela sintaxe ou pelo sintagma abstrato), com ressaibos de subjetivismo ou descritivismo peremptórios, de acordo com a intenção do falante. Dessa forma, uma pequena estrutura facetada e bipartida como “nem ela”, com duas entidades, ganharia, para efeito fônico, uma notória unicidade: /nenela/ (<nenhe-la>). Charles Bally, por exemplo, não vê, cientificamente, formas de separarem-se dois vocábulos (quer significativos, quer fonéticos; embora vejamos, ainda, *dois vocábulos mórficos*, seguindo na terminologia de Mattoso; talvez aí, aliás, se dilapide a discussão...) em *vous aimez* (= /vuz:me/). Jespersen, nesse interregno, asseverava a individualidade dos dois vocábulos por, através de comutação, podermos reestruturar as frases; assim:

*Vous aimez*

*Aimez vous*

*Vous?!*

*Aimez!*

## ANÁLISE HISTÓRICA E ESTILÍSTICA DAS FUNÇÕES DA LINGUAGEM

---

O mais importante que se pode tirar dessa discussão é o quanto se diga a respeito da necessidade de um “cenário” – seja lingüístico, seja físico – através do qual se desenrolem as enunciações lingüísticas, de modo a, em tese, poder ser desfeita uma possível ambigüidade. Isto, a saber, no âmbito da linguagem prosaica, pragmática, daquela despida de escopo artístico... em que, nesta última, por contingências de um eu lírico exaltado, inflamado, contido, circunspecto etc., poder-se-á, de propósito, retirar paulatina ou abruptamente aquele “cenário” que desfaça ambigüidades, – cenário este que, tantas vezes, em obra de arte, não passa de um assassinato, crime contra a inventiva. Por isso, na linguagem cotidiana (para aproveitar o termo consagrado pelo formalista russo Chklovski, contemporâneo de Saussure), na maioria das vezes, depreender, isoladamente, vocábulos de uma frase (da “unidade-frase”[?]) é tarefa dependente de fatores externos àquela frase que se quer interpretar. Tais fatores, sabemos tão bem, são o que Saussure chamou: 1) Situação: “o ambiente físico e social onde ela é enunciada” e 2) Contexto: “o ambiente lingüístico onde ela se acha” (cf. Mattoso, ob. cit.). Exemplo de tal dependência na depreensão de unidades-vocábulos de unidades-frases (maiores, naturalmente) é o que Saussure propôs em:

*Si je l'apprends*

*Si je la prends*

Onde, humildemente, propomos ainda duas estruturas perfeitamente cabíveis:

*Si, je l'apprends*

*Si, je la prends –,*

em que, por uma polissemia da língua francesa, o *si* deixa de ser conjunção (condicional), passando a ser mero advérbio (este *si* pressupõe que tenha havido uma interrogação negativa, do tipo: *Est-ce que tu ne l'apprends pas?* ou *Est-ce que tu ne la prends pas?* Em alemão serve ao mesmo fim o *doch*; em português, em princípio não conhecemos tal estrutura de negar uma negação, embora utilizemos o advérbio “absolutamente” de forma medianamente eficaz: (A)– *Você não vai sair comigo?* (B)– *Absolutamente*. [pode-se entender: vou sair contigo *sim*; mas também: não vou sair de fato, conforme se dê a resposta ao advérbio de negação “não” ou ao verbo que indicaria, ausente aquele advérbio, a assertividade do enunciado, no caso a locução “vai sair”.].